



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM GEOGRAFIA



MARIA ROSA DE SOUZA

**A INFLUÊNCIA DE COLÍDER (MT)
PARA AS CIDADES DE SEU ENTORNO IMEDIATO**

Linha de pesquisa: *Dinâmica Espacial*

Projeto de Pesquisa apresentada à
Universidade do Estado de Mato
Grosso, como parte das exigências
Programa de Pós-Graduação em
Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Judite de Azevedo do Carmo.

Cáceres
Mato Grosso – Brasil, 2020

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
1.1 OBJETIVOS	9
OBJETIVO GERAL.....	9
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	9
1.2 JUSTIFICATIVA	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1 ESPAÇO E REGIÃO CATEGORIAS GEOGRÁFICAS PARA EXPLICAR A CIDADE NA REDE URBANA.....	11
2.2 REDE URBANA: CONCEITUAÇÃO E SEU ESTUDO NA GEOGRAFIA.....	17
2.3 A CIDADE PEQUENA NA REDE URBANA BRASILEIRA UMA BREVE CONCEITUAÇÃO.....	23
3 METODOLOGIA.....	27
4 CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DE PESQUISA.....	30
5 RESULTADOS ESPERADOS	31
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

TÍTULO:

A influência de Colíder (MT) para as cidades de seu entorno imediato.

RESUMO

Apesar da cidade e da rede urbana serem um fenômeno antigo, ambas, conforme se apresentam hoje, são resultados do processo de urbanização decorrente da primeira revolução industrial e o avanço das tecnologias de desenvolvimento nos transportes e nos meios de comunicação, o que deu condições para o início da construção de uma importante malha de cidades, que envolve desde uma pequena vila até as grandes metrópoles, cidades globais e megalópoles. Na atual fase do capitalismo o processo de urbanização tornou-se sinônimo de modernização, com grandes centros financeiros, a cidade passou a ser um espaço geográfico onde se estabelecem com maior intensidade as relações sociais, econômica e prestação de serviço. Assim sendo, nesta pesquisa se propõe analisar a influência de Colíder-MT sobre os municípios limítrofes em relação a ofertas de bens e serviços, com vistas a demonstrar a sua importância para a região imediata. Esta análise se justifica porque a partir dela será possível traçar o papel de Colíder na sua região, ou seja, para as cidades do seu entorno a partir da identificação da sua área de influência. O método escolhido foi o materialismo histórico e dialético, por entender que este método é o mais indicado em razão de buscar o entendimento da relação entre as cidades, deixando explícitas as contradições na produção do espaço geográfico. Os procedimentos metodológicos utilizados nessa pesquisa serão: levantamento bibliográfico, pesquisa de campo e entrevista. As informações obtidas serão analisadas por meio de uma abordagem quanti-qualitativa, pois há questões e fatores envolvidos na relação entre as cidades que não são quantificáveis. Ao fim do período do desenvolvimento dessa pesquisa, a expectativa é que a partir da análise a ser empreendida se possa indicar a influência de Colíder para os municípios de seu entorno imediato e assim dispor para a gestão pública informações/conhecimentos que contribuam com o planejamento da cidade.

Palavras-chave: rede urbana, cidades pequenas, influência.

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

BEC – Batalhão de Engenharia e Construção

FACIDER – Faculdade de Colíder

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

REGIC – Regiões de Influência das Cidades

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem comercial

SEDUC – Secretaria de Educação

UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

1 INTRODUÇÃO

A história nos mostra que a conexão entre as cidades é o “reflexo das relações sociais estabelecidas num tempo histórico, que se conhece como Antiguidade”. (SPOSITO, 2008, p. 17-18). O aprofundamento da leitura sobre o surgimento das cidades, revela que os primeiros núcleos urbanos surgem do acúmulo de condições sociais complexas. São grupos organizados, que incorporam conhecimentos adquiridos sob uma liderança que se estabelece e ganha legitimidade (PINSKY, 2006).

Sendo assim, a relação entre núcleos urbanos/cidades é apreendido/entendido como “um fenômeno geográfico empírico socioespacial e histórico,” que caracteriza-se, quando as relações sociais ocorrem em função da existência de conexão entre elas, dessa forma a criação de rede urbana é inerente ao surgimento e ao movimento no mundo antigo (SOUZA, 2008, p. 47).

Apesar da cidade e da rede urbana serem um fenômeno antigo, ambas, conforme se apresentam hoje, são resultados do processo de urbanização decorrente da primeira revolução industrial e o avanço das tecnologias de desenvolvimento nos transportes e nos meios de comunicação, o que deu condições para o início da construção de uma importante malha de cidades, que envolve desde uma pequena vila até as grandes metrópoles, cidades globais e megalópoles.

Na atual fase do capitalismo o processo de urbanização tornou-se sinônimo de modernização, com grandes centros financeiros. A cidade passou a ser um espaço geográfico onde se estabelecem com maior intensidade as relações sociais, econômica e prestação de serviço.

O processo de urbanização foi intensificado especialmente a partir da revolução industrial por esta ter gerado a necessidade de um mercado consumidor para seus produtos, conseqüentemente possibilitou a intensificação das relações entre cidades, formando-se, portanto, uma rede de cidades, que de acordo com Corrêa (2006) é um conjunto de centros urbanos ativamente articulados com seu entorno, que envolve uma relação complexa. A compreensão desse encadeamento/ligação torna-se importante para entender a geografia da região.

Corrêa (2006, p. 17) discorre que, o estudo da rede urbana tem sido abordado pelos geógrafos por diferentes linhas de interpretação, e a mais considerável/significativa é aquela abordagem que leva em conta as diferenças “das

idades em termos de funções, dimensões básicas de variação, relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana e relações entre cidades e regiões.”

Os estudos sobre hierarquia e rede urbana perpassa pelas teorias clássicas de localização das atividades econômicas; nos estudos geográficos tem destaque a do geógrafo alemão Walter Christaller, a Teoria das Localidades Centrais (1966). O objetivo de Christaller era explicar como as cidades estavam organizadas espacialmente, identificar as áreas sobre as quais determinada cidade mantinha influência, identificar os fatores que determinavam o tipo de organização espacial e a partir disto classificar as localidades segundo as suas funções e relações estabelecidas com outras localidades.

De acordo com IBGE (2020) esta teoria constituiu como base teórica para vários estudos sobre o tema rede urbana, sendo a mais difundida no século XX. Ainda segundo esta publicação (p. 69), a teoria “descreve a distribuição, o tamanho e a quantidade de núcleos de povoamento sob condições de funcionamento da economia de mercado, na qual cada assentamento dotado de funções centrais é considerado uma localidade central”.

As funções centrais consistem na produção e na distribuição de bens e serviços para a população das localidades do entorno, sejam essas o meio rural ou centros urbanos vizinhos. De acordo com essa teoria, a localização das atividades básicas induz à organização de um sistema hierárquico de cidades (IBGE, 2020).

O esquema descrito por Christaller chama a atenção pela universalidade da distribuição espacial das cidades e suas hierarquias, entretanto essa teoria não explica como a hierarquia urbana constituída evolui, “ela descreve uma situação de equilíbrio econômico e não se preocupa em descrever como surgiram as economias de aglomeração que formam a base de funcionamento das localidades centrais” (IBGE, 2020, p. 69). Sabe-se que os movimentos dos atores econômicos e sociais são variáveis importantes na configuração final da rede urbana. Apesar das críticas, os estudos de Christaller são considerados referências importantes na construção do conhecimento sobre rede urbana.

As pesquisas com o tema rede urbana, tem sido de suma importância para o planejamento urbano e regional. Com as inovações tecnológicas, tanto na área de comunicação e transporte, que culminou no processo de globalização, alterando as relações entre municípios das mais variadas dimensões, surge a necessidade de

compreender as novas variáveis, sobretudo as de ordem econômica e social, inclusive nas cidades pequenas, haja vista ainda haver poucos estudos sobre a função e a influência desses centros urbanos.

Compreende-se que a cidade pequena pode desempenhar um papel de atração em relação às também pequenas cidades de seu entorno imediato, mesmo tomando as classificações feitas pelo IBGE (2020), verifica-se uma lacuna quanto a função e a abrangência da área de influência em pequenas cidades, a exemplo de Colíder, no estado de Mato Grosso, tomada como área de estudo deste projeto de pesquisa.

A cidade de Colíder em virtude de sua localização, sofre transformações perante às dinâmicas decorrentes da expansão agrícola. Assim, neste contexto de transformação vivenciada por esta localidade, por meio de novas análises procura-se identificar as relações com as cidades de seu entorno imediato, sendo, portanto, tomada como área de estudo.

Colíder teve a sua construção programada com a ocupação das terras na região que ocorreu no tempo dos incentivos fiscais e projetos do Governo Federal da década de 1970.

Entretanto, é necessário compreender que a ocupação desse espaço começa a ser tencionado com a Marcha para Oeste, “lançada oficialmente em 1938, com a proposta de colonizar as terras da região Centro-Oeste até a Amazônia.” (CALONGA, 2015, p. 127).

Cabe lembrar que essa região não era um espaço vazio, tratava-se de uma área com baixa densidade demográfica, “a região norte do estado do Mato Grosso, integrante da chamada Amazônia Mato-Grossense, foi povoada predominantemente por indígenas até a década de 1950”. (LANARI, MOREIRA, FERREIRA, 2015).

A ocupação da região norte do estado, período de grandes transformações, alterou de forma significativa, o meio natural e a vida da população local. No espaço que hoje se localiza a cidade de Colíder e os demais municípios, Carmo, Gonzáles e Sousa (2019, p. 11) ressaltam que, “As primeiras ocupações da área onde hoje é o município ocorreram no início da década de 1970, por ações do governo federal e também por financiamento de empresas privadas de colonização no contexto da marcha para o Oeste.”

Para colocar em prática o projeto de desenvolvimento na região, as primeiras medidas a serem tomadas foi a construção das rodovias, uma delas foi a Cuiabá –

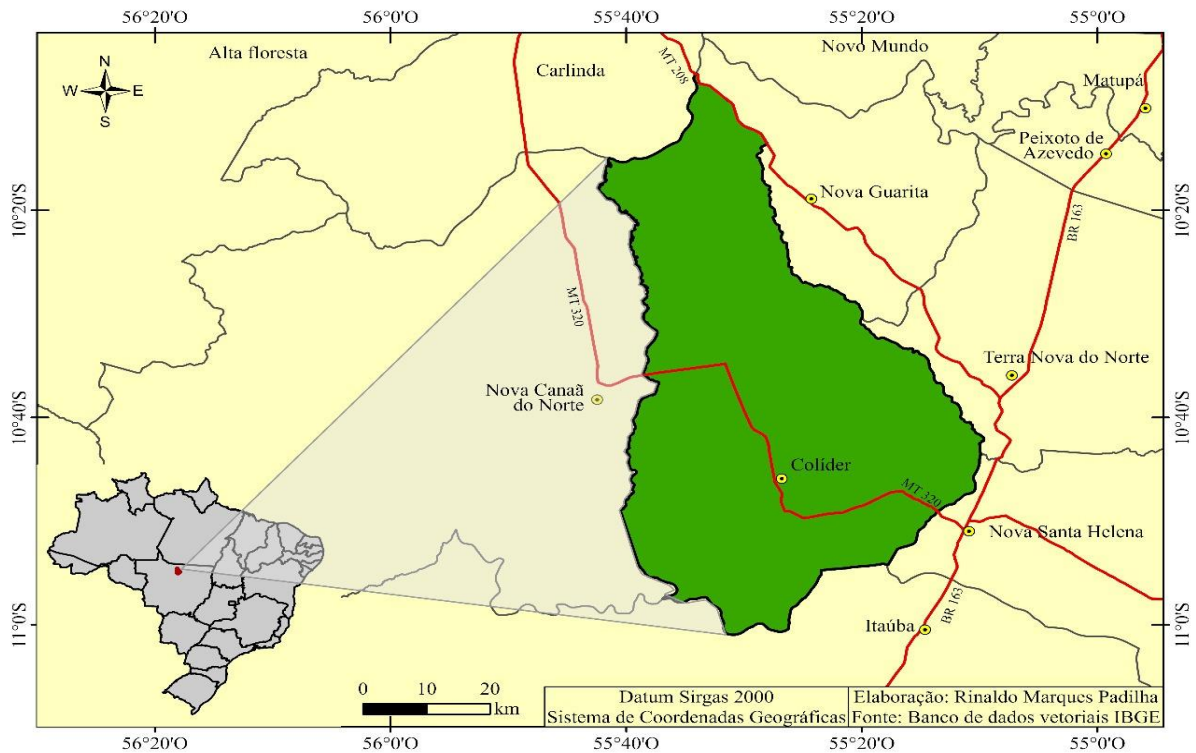
Santarém (BR-163), as obras foram planejadas dentro do Programa de Integração Nacional (PIN), e para concretizar o processo de povoamento, o governo militar recorreu às empresas colonizadoras privadas, sendo a Colonizadora Integração e Desenvolvimento Regional – COLÍDER – responsável pela execução dos planos de ocupar/povoar o espaço que no futuro deu origem ao município de Colíder (LANARI, MOREIRA e FERREIRA, 2015).

A referida colonizadora adquiriu uma grande quantia de terra do governo para ser vendida aos colonos oriundos “principalmente dos estados do Sul e Sudeste, a colonização foi possível devido à construção da BR-163, ligando Cuiabá – Santarém pelo 9º BEC (Nono Batalhão de Engenharia e Construção). (PADILHA, 2017, p. 74).

Em pouco tempo toda área da Cafelândia, (atual Colíder) já estava ocupada, a propaganda foi uma grande aliada da colonizadora, que em 1974, intensificou “no estado do Paraná, anunciando que eram excelentes o clima e as terras da região e oferecia facilidades de pagamento para aquisição dessas terras”, o resultados foram uma grande migração de pessoas para aquela área Schaefer (1985, apud CARMO, GONZÁLEZ e SOUSA, 2019, p. 11).

A elevação a categoria de município com o nome de Colíder, ocorreu em dezoito de dezembro de 1979, pela lei estadual nº 4.158/1979, com o desmembramento do município de Chapada dos Guimarães, Colíder ficou com um vasto território, vários povoados passaram para categoria de distrito e mais tarde um a um foram se emancipando, na atualidade o município de Colíder, de acordo com (IBGE 2019), tem uma área de 3.103,958 km², com uma população estimada em 2020 de 33.649 habitantes, localiza-se na porção norte do Estado de Mato Grosso, a 32 km a esquerda da BR-163, cortada pela rodovia MT-320. Limita-se com Carlinda, Itaúba, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Santa Helena e Terra Nova do Norte, conforme pode ser visualizado na figura (1) abaixo:

Figura 1- Localização de Colíder, Mato Grosso.



Organizado pela autora.

1.1 OBJETIVOS

Objetivo geral:

Analisar a influência de Colíder/MT sobre os municípios limítrofes em relação a ofertas de bens e serviços, com vistas a demonstrar a sua importância para a região imediata.

Objetivos específicos:

- Contextualizar a formação do município de Colíder /MT
- Identificar a oferta de bens e serviços de Colíder para os municípios de seu entorno;
- Especificar a função e a importância de Colíder para os municípios do seu entorno, com os quais faz limites.

1. 2 JUSTIFICATIVA

Em tempos de globalização, com tecnologias cada vez mais precisas no campo das comunicações e transporte que encurta cada vez mais a distância e o tempo (HARVEY, 1989), faz-se necessário discutir as dinâmicas econômicas e a evolução da rede urbana e sua importância, no que se refere as funções das cidades do século XXI.

A rede urbana, na definição de Corrêa (2006), é um conjunto eficiente e articulado de cidades e suas infraestruturas, que envolve uma complexa diferenciação entre si. Os estudos sobre rede urbana, busca entender os fatores que contribuem para a formação de uma hierarquia entre as cidades, onde uma cidade passa a exercer influência sobre as demais, gerando hierarquias regionais diferentes, portanto compreende-se que há a necessidade de estudos locais para compreensão dessas relações espaciais em regiões onde se verifica a expressividade no número de pequenas cidades.

Há o conhecimento de que muito já se pesquisou sobre cidades, especialmente sobre rede urbana, entretanto esta pesquisa visa identificar/entender a função e a influência da cidade de Colíder sobre o seu entorno imediato, por meio da oferta de bens e serviços, trazendo uma nova perspectiva de análise sobre o que está posto em IBGE (2018), por entender que estudos como o de Regiões de Influência de Cidades por sua abrangência nacional, demanda por generalização, não conseguindo captar as relações estabelecidas em regiões que possuem características específicas e especialmente as das cidades pequenas com o seu entorno.

Esta análise se justifica porque a partir dela será possível traçar o papel de Colíder na sua região, ou seja, para as cidades do seu entorno a partir da identificação da sua área influência. Ressalta-se ainda que as pesquisas sobre as cidades realizadas pela Geografia são importantes por contextualizar/discutir a organização/reorganização do espaço urbano.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ESPAÇO E REGIÃO CATEGORIAS GEOGRÁFICAS PARA EXPLICAR A CIDADE NA REDE URBANA

A Geografia como Ciência Humana, tem como objeto de estudo o espaço produzido por meio da relação sociedade e natureza. O ser humano com suas ações imprime sua marca no espaço no decorrer do tempo. Refletindo sobre o objeto da Geografia, Corrêa (2018 p. 16) discorre que, “como toda ciência a geografia possui alguns conceitos – chave, capazes de sistematizarem sua objetivação, ou seja, ângulo que confere a geografia a sua identidade e a sua autonomia relativa no âmbito das ciências sociais”, os quais são especificados pelo autor: espaço, território, região, paisagem e lugar.

Para Rocha (2008, p. 129), em se tratando das categorias geográficas “O espaço, a região, o território, o lugar e a paisagem constituem-se no resultado particularizado da atuação humana na transformação do planeta”.

As categorias geográficas expostas pelos autores acima citados possuem acepções diferentes dependendo de cada corrente epistemológica da Geografia, no caso da pesquisa proposta, tem-se como embasamento os fundamentos da Geografia Crítica que tem como base o materialismo histórico e dialético, sendo assim será apresentado brevemente os conceitos de território, paisagem e lugar e em seguida mais detalhadamente os conceitos de espaço e região no âmbito desta corrente, pois estas duas categorias são as mais indicadas para explicitar o objeto definido para esta pesquisa.

A categoria território seria a efetivação formal do espaço, consolidada pela ocupação de uma determinada área por um grupo humano exclusivo, Corrêa (2018, p. 18) aponta que para Ratzel, na sua Geografia Humana, o território é vinculado à apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo.

Assim como os outros, o conceito de território também se constitui numa forma de analisar o espaço real, “É impossível ignorar o fato de que o homem para habitar produz um certo espaço, delimita um território com o qual se identifica.” (CARLOS, 2007a, p. 45-46).

Ademais, “Ao analisar a importância do espaço para as diversas tendências da Geografia, verifica-se a necessidade de se evidenciar o território, categoria de relevo na atualidade desta ciência.” (ROCHA 2008 p. 130).

Neste sentido em muitos estudos da Geografia, o território é a categoria utilizada para a análise, especialmente quando trata-se de organização de uma determinada população no território, sendo este delimitado pela relação espaço e poder.

A categoria paisagem na Geografia é tomada, conforme Oliveira Neto (2019, p. 25), como uma “categoria de análise estruturante, sendo utilizada em inúmeras pesquisas”. A paisagem perpassa por distintas bases e propostas teóricas no âmbito das correntes geográficas, entretanto, os estudos modernos, tem buscado novas orientações/ incorporações aos estudos da paisagem. Assim, Santos (1988), coloca que:

A paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea. A vida em sociedade supõe uma multiplicidade de funções e quanto maior o número destas, maior a diversidade de formas e de atores. (SANTOS, 1988, p. 23).

A paisagem consiste em um conceito importante da Geografia, “resulta sempre de um processo de acumulação”, todavia é, “ao mesmo tempo, contínua no espaço e no tempo é uma sem ser totalizante,” é composta, “pois resulta sempre de uma mistura, um mosaico de tempos e objetos datados”. (SERPA, 2013, p. 170).

O lugar, apontado como outra categoria fundamental, caracteriza as mudanças da natureza, configurando diferenças espaciais, conforme Santos, (2014, p. 159) “cada lugar se define tanto por existência corpórea, quanto por sua existência relacional. É assim que os subespaços existem e se diferenciam uns dos outros.”

Significa pensar na forma de organizar e desenvolver de cada grupo humano, “O lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. Ao mesmo tempo, posto que preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis.” (CARLOS, 2007a, p. 14).

O lugar, apesar de não ser nesta pesquisa a categoria de maior expressividade para a análise do objeto de estudo, ele tem importância por ser

considerado, em concordância com Santos (2006), o ponto da rede formada pelas relações externas à cidade e que em conjunto com as relações internas dão características específicas ao lugar, pois o espaço da cidade vai se configurando e ganhando expressividade conforme estas relações vão se estabelecendo.

O espaço é a categoria basilar da Geografia, sendo o espaço geográfico o seu objeto de estudo, o que implica dizer que sempre o objetivo final de uma pesquisa nesta área é explicar o espaço, seja ele local, regional, nacional ou mundial e para isto se serve das categorias de análise, conforme a corrente a que o pesquisador é filiado ou se identifica.

O termo espaço admite diferentes acepções, por essa razão existe uma enorme dificuldade em conceituá-lo “já que a sua realidade além de dialética, é uma totalidade em movimento, ou seja, é o resultado da acumulação de tempos passados e do tempo presente, envolve assim a sua materialidade histórica, processos e funções que o perpassam e o organizam solidária e contraditoriamente”. (SILVA, 2015, p. 241).

Santos (1988, p.10) explica que existem entendimentos diferentes das mesmas coisas, pois os indivíduos não são iguais e refere-se ao espaço na Geografia como:

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. (SANTOS, 1988, p.10).

Na Geografia Crítica, fundamentada no materialismo histórico e dialético a partir das décadas de 1970 e 1980, o espaço é considerado como conceito-chave. Essa corrente de pensamento passa a enxergar o espaço de um outro ângulo “o espaço é entendido como um espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social e não deve ser visto como um espaço absoluto”. (CORRÊA, 2018, p. 23-25).

Com esta corrente de pensamento surge novas interpretações e com isso novas definições sobre o espaço, Lefévre (1976) expõe que:

O espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de o intercâmbio vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção. (LEFÉVRE, 1976, p. 34).

Para Carlos (2013, p. 59), a “evolução do conceito de espaço como localização de fenômenos, para aquele de ‘produção social’ é um salto expressivo em direção a compreensão do mundo através da geografia.”

Carlos (2007b) expõe que, a partir da análise da vida cotidiana, como atividade socioespacial, permite o entendimento de que o “espaço surge enquanto nível determinante que esclarece o vivido, na medida em que a sociedade o produz, e nesta condição apropria-se dele e domina-o”. (CARLOS, 2007b, p.12).

A geografia estuda o espaço habitado, transformado e usado pela sociedade, nesse espaço o ser humano produz e constrói a sua história e nele esta história se materializa.

A Geografia enquanto ciência busca entender os processos de produção do espaço humano. Para tanto ela necessita dialogar com diversas áreas do conhecimento, buscando um olhar sobre a totalidade dos elementos que compõem e influenciam o espaço. (FREITAS, 2012, p. 169).

A geografia pensa e discute o espaço geográfico e identifica nele um conjunto de fatores que constituem a história da humanidade, nesse sentido, Santos (1994, p. 5) afirma que, “no começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência”. (SANTOS, 1994, p. 05).

A noção de tempo perpassa a história das sociedades e registra suas organizações/transformações ocorridas no espaço, onde elas se materializam, Santos (1988, p. 17) escreveu que, “Destripar as relações existentes entre estes elementos, tornando os conceitos em realidades empíricas, permitirá que se vislumbre, no tempo e no espaço, a transformação.”

Compete destacar, que na pesquisa em andamento, o conceito de espaço está sendo articulado com outra categoria geográfica, a região, “por considerar que os demais conceitos operativos estão inseridos na formação socioespacial” (OLIVEIRA NETO, 2019, p. 28), não sendo possível pensar a região sem o espaço, ambos contêm a sociedade que movimenta e transforma-os. Nesse sentido que Corrêa (2018) afirma:

Não há, assim, porque falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos *a posteriori*, mas sim de formação socioespacial. Nesta linha de raciocínio admitimos que a formação socioespacial possa ser considerada como um meta-conceito, um paradigma, que contém e está contida nos conceitos-chave, de natureza operativa, de paisagem, região, espaço (organização espacial), lugar e território. (CORRÊA, 2018, p. 26-27).

A região apresenta em sua origem, conforme Gomes (2018, p. 72 “o significado de domínios, de relação entre um poder central e um espaço diversificado”. (GOMES, 2018, 72). Isso pode ser observado pelas relações estabelecidas entre as cidades e seu entorno ou entre cidades e áreas longínquas, sendo este conceito um dos suportes para o desenvolvimento da pesquisa em questão.

Inúmeros são os esforços aplicados por estudiosos no sentido de definir “região,” analisado em função das diferentes correntes do pensamento geográfico, de acordo com Corrêa (2002, p. 22), o termo região faz parte da fala das pessoas no dia a dia e, é uma das tradicionais categorias da Geografia.

Tanto para as pessoas comuns quanto para pesquisadores “o conceito de região está ligado à noção fundamental de diferenciação de área, quer dizer, aceitação da ideia de que a superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si.”

Sobre a região Santos (1994, p. 48) afirma que o tempo acelerado acentua as diferenciação dos eventos e aumenta as diferenças entre os lugares e, se o espaço torna-se mundial, a região que faz parte dessa totalidade também sofre alterações, agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que denominamos por outro nome. “Regiões são subdivisões do espaço: do espaço total, do espaço nacional e mesmo do espaço local, porque as cidades maiores também são passíveis de regionalização.”

Santiago (2011, p. 10) escreve que, cabe aos geógrafos investigar em diferentes esferas a finalidade e aplicação do estudo regional, como recorte do espaço geográfico, é conveniente destacar “a importância de analisar a região no contexto das relações cidadinas. Essa abordagem vem sendo discutida por vários teóricos no âmbito das regiões de influência, ou seja, delineando a hierarquia urbana.”

A Geografia de natureza marxista, acrescentou em seus estudos uma atenção maior a evolução do capital, que conforme Lencioni (2005, p. 196), um dos aspectos positivos da incorporação do marxismo em relação temática regional, foi a crítica a idolatria/veneração do espaço, “a região passou a ser vista como produto de uma divisão territorial do trabalho, tendo como referência o processo capitalista”.

Para Corrêa (2002, p. 45), A geografia Crítica dos anos de 1970 traz novas interpretações para o conceito de região, que passa a ser vista “como um resultado

da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas.”

Segundo Lencioni (2005, p. 203), desde a antiguidade existe a preocupação na formação de método e sistematizações do conhecimento geográfico, com interesse na análise regional “a noção de região é relevante para a compreensão do recorte espacial e se constitui numa categoria de análise própria da geografia, contém a possibilidade de revitalizar e renovar o pensamento geográfico”.

Santos (1994) expõe que, o maior desafio dos geógrafos e outros especialistas do território nos dias atuais, tem sido a busca pela compreensão do papel da região no contexto atual.

Não pensamos que a região haja desaparecido. O que esmaeceu foi a nossa capacidade de reinterpretar e de reconhecer o espaço em suas divisões e recortes atuais, desafiando-nos a exercer plenamente aquela tarefa permanente dos intelectuais, isto é, a atualização dos conceitos. (SANTOS, 1994 p. 50).

Conforme Silva (2015), o conceito de região promoveu um forte debate, vinculado precisamente pela forma de pensar esse conceito enquanto base empírica no processo de regionalização.

A região é uma categoria analítica importante na Geografia, tendo em vista que a regionalização está vinculada a um critério e propósito específicos, que derivam na delimitação de uma determinada porção espacial, por meio daquilo que é diferente e/ou semelhante; olhar para região é dar ênfase a atributo(s) do espaço em prol de uma intencionalidade. (SILVA 2015, p. 42).

Corrêa (2002) expõe que, o “conceito de região tem sido largamente empregado para fins de ação e controle”. Mais exatamente, no desenrolar da prática política e econômica em uma sociedade com estratificação social.

que por sua própria natureza implica a existência de formas diversas de controle exercido pela classe dominante, utilizam-se o conceito de diferenciação de área e as subsequentes divisões regionais, visando ação e controle sobre territórios militarmente conquistados ou sob a dependência político-administrativo e econômico de uma classe dominante. (CORRÊA, 2002, 47).

O estudo sobre região perpassa pela discussão do conhecimento teórico de uma das categorias-chave da ciência geográfica, que de acordo com Santos (1988, 17), é necessário “tentar detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, laborando-lhe os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica internacional”. Para a pesquisa em andamento, a compreensão da região é fundamental para entender o contexto em que está inserido o objeto de estudo e as relações externas estabelecidas entre Colíder e as cidades de seu entorno, o que pode configurar uma região.

2.2 REDE URBANA: CONCEITUAÇÃO E SEU ESTUDO NA GEOGRAFIA

A urbanização no Brasil começou a ser verificada com mais intensidade a partir dos anos de 1930 com o desenvolvimento da indústria. Este processo ocorreu de forma rápida e sem planejamento adequado, especialmente com um grande fluxo de migrantes do campo para a cidade, assim Santos (1993, p. 9) afirma que “a urbanização se avoluma e a residência dos trabalhadores agrícolas é cada vez mais urbana”.

Ocorre uma dinâmica da urbanização que se espalha pelo território, obviamente que nem todos os espaços são incluídos neste processo, entretanto, conforme vai havendo um desenvolvimento e integração econômica do país, mais se verifica “que a separação urbana tradicional entre o Brasil urbano e o Brasil rural” passa a ser substituída gradativamente por uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas)”. (SANTOS, 1993 p. 9).

A urbanização gera transformação significativa na cidade e no campo, houve mudanças de natureza social e ambiental “Tudo isso fez da urbanização um fenômeno bastante complexo, dada a multiplicidade de variáveis que nela passam a interferir, como, por exemplo, a modernização agropecuária associada ao setor industrial.” (ELIAS, 2013 p. 26).

Fazer uma reflexão sobre a urbanização, significa para a Geografia ir além da paisagem, do que é possível enxergar/perceber, para tanto é imprescindível que se insira na reflexão outros fatores para que realmente se possa entender este

processo e o espaço impactado por ele, Sposito (2008) sobre esta questão defende que:

O corte no tempo, sem a recuperação histórica, conduz ao estudo de um espaço estático, de uma cidade apenas formal. É preciso considerar todas as determinantes econômicas, sociais, políticas e culturais, que no correr do tempo, constroem, transformam e reconstróem a cidade. (SPOSITO, 2008, p. 4).

A autora Ana Fani Alessandri Carlos tem se dedicado há muito tempo ao estudo da cidade enquanto produto, condição e meio das relações sociais de produção, para ela:

A compreensão da cidade na perspectiva da Geografia nos coloca diante de sua dimensão espacial — a cidade analisada enquanto realidade material — a qual, por sua vez, se revela através do conteúdo das relações sociais que lhe dão forma. (CARLOS, 2007b p. 20).

Entende-se que a cidade não pode ser compreendida apenas pela forma física, mas como materialização da vida, é lugar de vivência, reflexão sobre a vida social e coletiva.

De acordo com Carlos (2013, p. 53) “A sociedade ao produzir-se o faz num espaço determinado, como condição de sua existência,” inevitavelmente, produz um espaço que lhe é próprio, histórico, marcado por especificidades. A autora anda complementa que a cidade é analisada também em sua dimensão histórica, produto da divisão do trabalho sob a lógica capitalista.

O “espaço e tempo,” são conceitos geográficos importantes para serem explorados por meio dos estudos pois contribuem para explicar como ocorre a ocupação socioespacial. Para Corrêa (1989, p. 11), o espaço urbano na sociedade capitalista é “um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, engendradas por agentes que produzem consomem espaço”, por isso a importância desses dois conceitos no estudo da cidade.

Todas as cidades estão inseridas em uma região e isso diferencia a sua formação espacial e histórica, as relações interpessoais também não são iguais. As cidades se caracterizam pela ocorrência de diversas paisagens, Santos (1959 p. 7) afirma que, “a cidade constitui uma forma particular de organização do espaço, uma paisagem e, por outro lado, preside às relações de espaço maior, em seu derredor, que é a zona de influência.”

O contexto urbano, tem um significado importante para a Geografia, com enfoque nas questões que envolvem a produção/reprodução do espaço, o que

possibilita abordar a percepção das temáticas ambientais, permite reconhecer a dinâmica da natureza e a interferência humana na superfície terrestre, dentre outras possibilidades.

A tradição dos estudos urbanos, seja através de redes urbanas, sistemas urbanos, polarização, centralidade, tem fornecido uma rica massa de informações sobre essa forma [...] de organização do espaço, mas também como um fenômeno social complexo, cujas escalas de observação/concepção apontam para mudanças de conteúdo e de sentido do próprio fenômeno. (CASTRO, 2018, p. 37).

As temáticas de Geografia Urbana, oportuniza a construir conhecimentos por intermédio de muitas variáveis, entre elas a rede urbana que busca compreender as suas características, as conexões e hierarquias entre diferentes cidades. “A rede urbana nacional compreende o conjunto das cidades que polarizam o território brasileiro e os fluxos de bens, pessoas e serviços que se estabelecem entre elas.” (IPEA, 2001, p. 20).

A rede urbana compõe um tema importante para entender a articulação entre as cidades na região, no território nacional e no mundo. A abordagem sobre a rede urbana consiste em explicar que a forma de organização do espaço urbano na atualidade é em grande parte condicionada pelas atividades econômicas que seguem uma lógica do mercado global.

A globalização afeta a praticamente todos na atualidade, com maior ou menor intensidade, o local não é um mero reflexo do global, apesar de ser parte dele, hoje, existe uma inevitável necessidade de se conhecer de forma inteligente o mundo em que vivemos, desde a escala local até a global. (VESENTINI, 2009, p. 79).

É possível então o entendimento de que as relações, sejam elas sociais, culturais, econômicas, etc. é que dão forma ao espaço geográfico. Com o desenvolvimento da indústria, as melhorias no transporte, nos meios de comunicação “o espaço torna-se fluido, permitindo que os fatores de produção, o trabalho, os produtos, as mercadorias, o capital, passem a ter grande mobilidade”. (SANTOS, 1993, p. 39). Estes fatores também proporcionam o crescimento das cidades, bem como o surgimento de outros núcleos urbanos, intensificando a rede urbana e a articulação/relação maior entre as cidades.

A mobilidade propiciada pelo estabelecimento, denominado por Milton Santos, Meio Técnico-Científico-Informacional, fortalece as articulações e dependência das cidades dentro da rede urbana. O termo rede, conforme Dias (2018), sugere estruturas que se conectam umas às outras, implica fluxos e conectividade. A autora explica ainda que o conceito de rede tem sido trabalhado por vários autores na tentativa de explicar seu significado.

A questão das redes reapareceu de outra forma, renovada pelas grandes mudanças deste final de século, renovada pelas descobertas e avanços em campos disciplinares e na própria geografia. [...] a análise das redes implica abordagem que, no lugar de trata-la isoladamente, procure suas relações com a urbanização, com a divisão territorial do trabalho e com a diferenciação crescente que esta introduziu entre as cidades. (DIAS, 2018 p.149).

O tema rede urbana passa a ser bastante discutido com a publicação da Teoria das Localidades Centrais, elaborada por Christaller. Diversos autores, passaram a tratar a temática por meio de diferentes perspectivas.

Os estudos sobre hierarquia dos centros na rede urbana têm-se constituído em uma importante tradição no âmbito da Geografia. Dentre os estudos, destaca-se, como base teórica, a “teoria das localidades centrais”, formulada pelo geógrafo alemão Walter Christaller. (BESSA, 2012, p. 148).

Conte (2014) enfatiza que, no Brasil os primeiros estudos surgem com geógrafos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- que apoiados na teoria das localidades centrais e em avanços teóricos, elaboraram importantes estudos sobre o tema. “A ideia de que as cidades formam um conjunto de centros funcionalmente articulados – a rede urbana –, tem em Christaller (1966) sua teoria mais difundida e fundamentada ao longo do Século XX”. (IBGE 2018, p. 69).

Para Corrêa (2006, p. 7), rede urbana é “conjunto funcionalmente articulados de centros urbanos entre si,” por onde a urbanização amplia centros de disseminação política, e a rede urbana constitui o meio pelo qual a produção, circulação e consumo se concretiza. Refletindo sobre esta temática em estudos no âmbito da Geografia, Corrêa (2006) constata que:

A rede urbana tem sido o foco de diversos pensadores no campo da geografia urbana por ser um tema complexo, caracterizado pela diferenciação das cidades em termos de funções, dimensões básicas de variação, relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento,

hierarquia urbana e relações entre cidades e regiões. (CORRÊA, 2006, p. 17).

Para Santos (2014), um sistema de cidades forma a estrutura econômica, política e sociocultural de um país, visto que, a “Rede urbana é um conjunto de aglomerações produzindo bens e serviços junto a uma rede de infraestrutura de suporte e com os fluxos que, através desses instrumentos de intercâmbio, circula entre as aglomerações.” (SANTOS, 2014, p. 68).

As definições e conceituações sobre rede urbana possuem muitos aspectos, que são abordados pela Geografia:

A rede urbana é uma síntese dos relacionamentos das corporações e pessoas que estão nas cidades. A configuração da rede urbana está diretamente relacionada à divisão do trabalho no território. O processo produtivo comandado pelo capital hegemônico, apoia-se em redes técnicas cada vez mais eficientes, desenvolve uma estratégia locacional para melhor aproveitar as especificidades de cada lugar, interferindo decisivamente na articulação entre as cidades. (BECKER, 2009, p.122).

Carlos (2013, p. 67) afirma que “à geografia está posto o desafio de pensar a cidade em sua perspectiva espacial” que possa oferecer um conhecimento que resulta na construção de uma teoria prática socioespacial urbana, para explicar a realidade e as possibilidades de vivência na cidade.

Com o desenvolvimento das comunicações e do mundo da mercadoria como generalização do setor de troca permitiu a expansão da informação, como necessária à expansão da acumulação e, com isso, redefiniu as relações entre os lugares, bem como a divisão do trabalho no seio da sociedade. (CARLOS, 2013, p. 69).

A Geografia, de acordo com Carlos (2013), tem a tarefa de elaborar uma teoria que seja capaz de explicar o desenvolvimento do capitalismo na produção e reprodução desigual do espaço urbano e as relações desse com o Estado.

De acordo com Bessa (2012) a relevância dessa questão está relacionada ao direcionamento que as discussões sobre “rede urbana e hierarquia” tomam na atualidade, principalmente porque essa faz parte de um movimento mais abrangente, o de “urbanização da sociedade”, evidenciado “em sua dimensão espacial”.

A compreensão dos contextos histórico-geográficos apresenta-se paralela à compreensão dos próprios conceitos, no sentido de articular o passado ao

presente. Rede urbana e hierarquia estão no debate atual, pois envolvem relações entre questões econômicas, políticas e sociais e suas relações globais e sistêmicas, notadamente, determinadas por um mundo em constante mutação, que representa um desafio permanente. (BESSA, 2012, P. 163).

Esta constatação apresentada por Bessa (2012), coaduna-se com o exposto por Carmo (2018, p. 225) de que, “os estudos sobre as redes aparecem de forma renovada, porque tais redes, configuradas na atualidade, diferem-se daquelas estabelecidas em tempos mais remotos”. As redes estabelecidas anteriormente, em grande parte, objetivavam “a distribuição de matérias-primas, objetos e pessoas” sem haver muita importância para o tempo; ao contrário, na atualidade verifica-se uma importante infraestrutura (transporte, comunicação, informação) para facilitar e diminuir o tempo dos fluxos materiais e imateriais (CARMO, 2018, p. 225).

Os objetos de estudo da Geografia são variados, a formação da rede urbana, e toda sua complexidade faz parte desse temário, para Santos (1993, 53) “houve um tempo em que se podia tratar a rede urbana como uma entidade onde as cidades se relacionavam segundo uma hierarquia de tamanho e de funções. Esse tempo passou. Hoje cada cidade é diferente da outra.”

Corrêa (2006, p. 7), faz a ressalva de que não é possível aceitar a ideia “da existência de rede urbana modelada segundo o padrão christalleriano ou a regra da ordem-tamanho de cidades,” e diferentemente de outras abordagens, que defendem a existência da rede urbana apenas em países desenvolvidos, para o autor ocorre também em países subdesenvolvidos, visto que, a organização territorial via capitalista é um fenômeno mundial.

Com base nos autores acima é que nesta pesquisa a verificação das relações estabelecidas entre Colíder e as cidades do seu entorno imediato não será realizada com vistas a elaborar um modelo ou mesmo seguir um modelo teórico, como é bem comum em estudos que tratam de rede urbana e hierarquia urbana, mas sim evidenciar algumas relações que são estabelecidas por cidades pequenas que não aparecem quando se aplica modelos, como é o caso do estudo da Região de Influência das Cidades.

2.3 A CIDADE PEQUENA NA REDE URBANA BRASILEIRA UMA BREVE CONCEITUAÇÃO

Não há um consenso entre os autores sobre a definição e conceito dos centros urbanos ditos “pequenos”, Santos (2014, p. 85), chama de centros locais, e acrescenta que na literatura especializada utiliza-se, cidades pequenas, uma conceituação dessas localidades tem se mostrado um difícil exercício para os pesquisadores.

A discussão em torno da classificação e conceituação das chamadas cidades pequenas ou centros locais continua a ser uma temática inevitável para desenvolvimento de pesquisa na Geografia, visto que, nesses locais há produção e reprodução espacial urbana como em espaços urbanos de dimensões maiores.

Corrêa (2011, p. 6), em um esforço para conceituar cidade pequena, coloca que ela “constitui objeto cuja conceituação está impregnada de encaminhamentos distintos e controversos”. Segundo esse autor, há necessidade de um conceito para essa categoria de cidades, mesmo que “provisório, incompleto e com algumas inconsistências, para que se possa avançar”. O autor especifica que considerando a cidade pequena como um ponto na rede de cidades, ela pode ser “entendida como um núcleo de povoamento no qual certa parte da população está engajada em atividades ligadas à transformação e circulação de mercadorias e prestação de serviços”, podendo ter parte de sua população também se dedicando à atividades agrárias, se esta parte for maior, o autor aponta que esta localidade pode ser denominada de habitat rural concentrado.

Ainda considerando a análise de rede de cidades, a cidade pequena, conforme Corrêa (2011):

[...] é, assim, antes de mais nada um núcleo dotado da função de sede municipal. Reconhecemos que inúmeras vilas e povoados têm funções urbanas, mas o padrão dominante diz respeito à presença da função político-administrativa. Ser sede municipal significa certo poder de gestão de um dado território, o município, para o qual a presença de instituições e serviços públicos, além do acesso a tributos estaduais e federais tornam-se essenciais. (CORRÊA, 2011, p. 6).

Sposito e Silva (2009, p. 206), expressam que, as cidades pequenas sofrem transformações no decorrer do tempo e passam a apresentar formas e funções variadas. “A própria delimitação de um determinado núcleo urbano como sendo uma

pequena cidade já indica uma série de discussões, porque não há unanimidade e muito menos consenso a respeito da melhor explicação para esse conceito/noção.”

Como bem colocou Carlos (2007b), a realidade urbana é cada vez mais complexa necessitando do desvendamento desses processos.

A compreensão da cidade na perspectiva da Geografia nos coloca diante de sua dimensão espacial — a cidade analisada enquanto realidade material — a qual, por sua vez, se revela através do conteúdo das relações sociais que lhe dão forma. A produção geográfica aponta claramente o fato de que não há um único modo de se pensar a cidade, indicando que não há um único caminho a ser trilhado pela pesquisa. (CARLOS, 2007b p. 19-20).

É importante evidenciar que os estudos com a temática urbana sempre privilegiaram as grandes cidades, onde os problemas ocorrem com maior intensidade; contudo, nas cidades pequenas também há uma dinâmica espacial, que merece ser desvendada. Dessa forma, Santos (2014 p.85) expõe que:

A maioria dos estudos urbanos, em países subdesenvolvidos, se interessa de preferência pelas cidades grandes, principalmente pelo fenômeno de macrocefalia. Todavia, se considerarmos com atenção tanto as estatísticas como a realidade, vemos perfilar-se outro fenômeno urbano, o das cidades locais que, a nosso ver, merece tanto interesse quanto o precedente. (SANTOS, 2014, p. 85).

De acordo com o IBGE (2020) a rede urbana brasileira, está estruturada em duas dimensões, a hierarquia dos centros urbanos, e as regiões de influência, tendo como parâmetro esses estudos, subentende que os centros de zona e centros locais, com média que varia entre 7,5 mil a 60 mil habitantes, são considerados pequenas cidades.

Fresca (2010, p. 76) discorre que, um dos critérios usados para a classificação das cidades pequenas tem sido os dados demográficos e faz a seguinte consideração:

Qual seria o patamar populacional a partir do qual falar-se-ia das pequenas cidades? 20 mil? 50 mil habitantes? Utilizando-se este caminho para caracterizar uma cidade como sendo pequena, incorre-se no risco de igualar cidades que na sua essência são diferentes. (FRESCA, 2010, p. 76).

De acordo com essa autora usar o número de habitantes como variável para conceituar cidades pequenas, não leva em conta suas especificidades, desse modo não é possível compreender as “diferentes inserções de cada núcleo urbano nas

redes ou região, impedindo que se entenda seus papéis, suas áreas de influência, suas integrações internas e externas às redes.” (FRESCA, 2010, p. 76).

Na mesma direção de Fresca (2010), Santiago (2011, p. 17), fala que algumas classificações de cidades limitam à quantidade populacional, e que cabe a cada país ou instituição definir as variáveis para classificá-las em pequena, média ou grande. “Todavia, deve-se atentar que não é apenas o tamanho que caracteriza uma cidade, mas, sim as funções presentes”, especialmente quando se trata da rede urbana e interações entre as cidades.

Estabelecer uma classificação ou um conceito geral para cidade pequena é um trabalho árduo, pois existem muitas diferenças entre esse grupo de cidade e suas formas de urbanização. Assim como é necessária uma classificação e uma conceituação para as grandes e médias cidades, também, é de extrema importância realizar essa tarefa no que se refere as pequenas cidades ou centros locais, Santos (2014 p. 85-86) explica que:

Quando se fala de cidades pequenas, a noção de volume da população vem logo à mente. Aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa. O fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa, sendo isso outro problema. (SANTOS, 2014, p. 85-86).

As cidades concentram em si, diversas atividades sociais, apresenta uma paisagem que reflete diferentes ambientes e variadas estruturas econômicas que envolvem a sua produção. Entende-se que as cidades pequenas podem ter um quantitativo populacional parecido entre elas, mas possuem diferenças, particularidades quando se analisa a sua inserção na região. Santos (2014) explica que:

A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir as necessidades inadiáveis da população com verdadeira especialização do espaço. [...] poderíamos então definir a cidade local como a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações. (SANTOS, 2014, p. 87-88).

As cidades locais também passaram por transformações advindas da globalização e da dinâmica do capital, as necessidades variam de acordo com a

oferta e a procura por bens e serviços da população, essas necessidades mínimas são continuamente alteradas. Corrêa (2006), ao analisar os impactos oriundos da globalização, discorre sobre a criação de novas pequenas cidades, alterações funcionais e/ou refuncionalização das já existentes.

Há inúmeros exemplos de pequenas cidades que se especializaram produtivamente, reinserindo-se de modo singular na rede urbana globalizada por intermédio de atividades que lhe fornecem identidade funcional, afirmando, em outra escala, o seu caráter de lugar. (CORREA, 2006 p. 268).

Cada pequena cidade possui sua singularidade, são muitos os pontos a serem discutidos para entender esse grupo de cidade, que de acordo com Fresca (2010, p. 75) “muito recentemente pesquisadores das mais diversas ciências redescobriram as cidades pequenas e passaram a estudar a importância, o significado e sua representação social, econômica e cultural no contexto da urbanização brasileira.”

Um dos pontos a ser analisado, que vai possibilitar entender a cidade pequena e seu papel no contexto brasileiro, é o estudo da rede urbana, que permitirá compreender as definições de cidade pequena ou cidade local e discutir a sua inserção na rede urbana.

As cidades só podem ser compreendidas através do entendimento de seu papel no conjunto de cidades. É do relacionamento entre as cidades que advém a maior parte de suas dinâmicas. Então, não basta olhar os atributos locais de uma cidade para compreendê-la. É preciso ver qual o papel dos centros nos sistemas regional, nacional e global de cidades. Os estudos sobre as redes urbanas buscam justamente compreender estes relacionamentos e o papel de cada cidade. (BECKER, 2009 p. 122).

Santiago (2011 p. 14) comenta que a polêmica ao estudar as cidades pequenas inicia exatamente por não ter definição, na sua concepção, a rede urbana diferencia-se pela relação entre as cidades de diversos tamanho em uma mesma região ou entre regiões diferentes, o que irá definir a inclusão de uma cidade na rede urbana, não é apenas o fator demográfico ou as funções presentes, “mas a interação desses elementos juntamente com as relações econômicas e socioespaciais que mantém com outras cidades independente do tamanho e da distância.”

A discussão sobre a temática cidade pequena e sua participação na rede urbana tem fundamental importância, pois possibilita compreender como se dão as interações/articulações socioespaciais, conseqüentemente vislumbra a perspectiva de maior conhecimento das cidades pequenas. Ao refletir sobre essa realidade, entende-se como Sposito e Silva (2009, p. 215) “não é somente explorar os coeficientes de drenagem capitalista que um determinado centro apresenta, mas é, sobretudo, demonstrar qual o papel/significado da cidade pequena na divisão territorial do trabalho”.

3. METODOLOGIA

O estudo do espaço geográfico, conforme Santos (1985, p. 49) busca entender sua relação com a sociedade, “pois é essa que dita a compreensão dos efeitos dos processos tempo e mudança”.

Neste sentido os estudos para entender o crescimento e transformação da cidade tem sido objeto de muitos pesquisadores no âmbito da Geografia, um dos temas estudados neste contexto são as relações entre as cidades, que é o tema central da pesquisa que está sendo proposta.

A temática proposta pode ser pesquisada sob várias abordagens teóricas e metodológicas, a depender do tipo de análise que se pretende realizar, no caso desta pesquisa adotou-se como método de abordagem o materialismo histórico e dialético, por entender, conforme Gil (1999, p. 32) que “a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade”, e nos dizeres de Lakatos e Marconi (2020, p. 108) que, “o método dialético penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca.” Desta forma, entende-se que este método é o mais indicado em razão de se buscar o entendimento da relação entre as cidades.

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa científica devem ser coerentes com o método de abordagem adotado, assim será feito uso da pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo para a realização de entrevistas.

A pesquisa bibliográfica, segundo Lakatos e Marconi (2020) consiste em leituras e síntese de materiais já publicados como livros, artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, dentre outros.

Será realizado o levantamento, seleção e leituras de obras que abordam os aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa e da Geografia, outras que trazem estudos das cidades como as de Ana Fani A. Carlos, Maria Encarnação Beltrão Sposito, Sandra Lencioni e Milton Santos, ainda aquelas sobre rede urbana, especialmente as de Roberto Lobato Corrêa, Milton Santos e Leila Christina Dias e; por fim, sobre classificação das cidade, as publicações do IBGE, Região de Influência das cidades de 2007 e 2018.

O processo de avaliação do material bibliográfico que o pesquisador encontra lhe ensinará até onde outros investigadores têm chegado em seus esforços, os métodos empregados, as dificuldades que tiveram de enfrentar, o que pode ser ainda investigado etc. Ao mesmo tempo, irá avaliando seus recursos humanos e materiais, as possibilidades de realização de seu trabalho, a utilidade que os resultados alcançados podem emprestar a determinada área do saber e da ação. (TRIVIÑOS, 1987, p. 100).

Com este entendimento o procedimento de levantamento, seleção e leitura bibliográfica será encaminhado durante todo o desenvolvimento da pesquisa.

Outro procedimento a ser adotado é a pesquisa de campo, que Lakatos e Marconi (2020) entendem ser a abordagem do objeto em seu ambiente, onde a coleta de informações é realizada nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem. Que conforme Minayo (2009 p. 26):

O trabalho de campo consiste em levar para a prática empírica a construção teórica elaborada na primeira etapa. Essa fase combina instrumentos de observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação e interlocução com os pesquisados, levantamentos de material documental e outros.

Essa pesquisa será adotada para a realização de entrevista, que conforme Lakatos e Marconi (2020, p. 109) “é uma conversa efetuada face a face, de maneira metódica, que proporciona ao entrevistador, verbalmente, a informação que lhe é necessária, pode ser estruturada ou não estruturada.”

De acordo Gil, (2008, p. 109 e 110) “A entrevista é, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.”

Para esse mesmo autor, a utilização da entrevista na pesquisa social deve-se a uma série de razões, entre elas, possibilita a obtenção de dados referentes aos

mais diversos aspectos da vida social; os dados obtidos são suscetíveis de classificação e de quantificação; oferece flexibilidade muito maior, posto que o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias em que se desenvolve a entrevista.

Nessa pesquisa, optou-se pela entrevista semiestruturada, que desenvolve a partir de uma relação fixa de perguntas, mas dá a liberdade de reformulação delas e de inserção de novas, conforme o desenrolar da entrevista.

Será realizada nos estabelecimentos comerciais (supermercado atacado e varejista, de loja de vestuário e calçado, de casa agropecuária, de auto peças e de revisão de veículo) com proprietários ou gerentes.

Os hospitais Regional e o Santa Inês de Colíder, serão também alvos da entrevista que deverá ser realizada com os diretores ou funcionários administrativos, momento em que será verificado o local de residência dos pacientes que deram entrada nestes estabelecimentos de saúde.

No que se refere às instituições de ensino serão contemplados três estabelecimentos de educação, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, educação profissional, Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, ensino superior público e Faculdade de Colíder – FACIDER, ensino superior privado, a entrevista será com funcionários administrativos para identificar entre o número de estudantes, de quais cidades são residentes, com esse levantamento verificar-se-á quais cidades vizinhas buscam por esse tipo de serviço na cidade de Colíder.

As informações obtidas serão analisadas por meio de uma abordagem quanti-qualitativa, por conter aspectos quantitativo e qualitativo, que de acordo com Minayo (2009, p. 22):

Os dois tipos de abordagem e os dados delas advindos, porém, não são incompatíveis. Entre eles há uma oposição complementar que, quando bem trabalhada teórica e praticamente, produz riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa.

Terá uma abordagem quantitativa porque as respostas das entrevistas possibilitarão obter um quantitativo de quantas pessoas de outros municípios se deslocam para Colíder em busca de bens e serviços e os resultados serão expostos em gráficos e tabelas.

A abordagem qualitativa será realizada sobre os dados que já estarão expostos em gráficos e tabelas, assim como sobre outras informações que não são quantificáveis. Esta análise qualitativa se justifica porque a partir dela será possível traçar um papel de relevância regional de Colíder, bem como as áreas onde exerce sua influência.

4 CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DE PESQUISA

Ações em 2020	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Créditos em disciplina								X	X	X	X	X
Retificação do projeto e objetivos								X	X	X	X	X
Revisão bibliográfica								X	X	X	X	X
Ações em 2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Créditos em disciplina			X	X	X	X	X					
Retificação do projeto e objetivos	X	X	X	X								
Revisão bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaboração dos instrumentos de coleta de dados			X	X								
Pesquisa de Campo – coleta de dados e informação					X	X						
Análise dos dados							X	X				
Sistematização dos dados								X	X			
Redação da qualificação									X	X	X	X
Ações em 2022	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Revisão bibliográfica	X	X										
Correção do texto da qualificação	X	X	X									
Exame de qualificação			X									
Redação final da dissertação				X								
Correção da dissertação					X	X						
Defesa da dissertação							X					
Correção do texto com apontamentos da banca							X	X				
Entrega da versão final e do artigo								X				

5 RESULTADOS ESPERADOS

O planejamento regional é um assunto cada vez mais em destaque na realidade brasileira. Os estudos sobre o papel das pequenas cidades e sua influência para as cidades de seu entorno imediato pode-se tornar uma ferramenta de suporte às decisões na esfera do planejamento.

Ao fim do período do desenvolvimento dessa pesquisa, a expectativa é que a partir da análise a ser empreendida se possa indicar a influência de Colíder para os municípios de seu entorno imediato e assim dispor para a gestão pública informações/conhecimentos que contribuam com o planejamento da cidade.

Outro aspecto importante que se espera com esta pesquisa é fornecer informações da realidade local para serem abordadas nas aulas de Geografia na Educação Básica, com fim a contribuir para que se possa realmente elevar o aprendizado dos estudantes, haja vista o trabalho com o seu espaço de vivência proporciona maior compreensão sobre os conteúdos geográficos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

BECKER, Bertha Koiffmann. **Manual do candidato: Geografia / Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Disponível em:**
<http://livros01.livrosgratis.com.br/al000010.pdf>; Acesso em: 20 out. 2020.

BESSA, Kelly; Estudos sobre a rede urbana: os precursores da teoria das localidades centrais. **GeoTextos**, vol. 8, n. 1, jul. 2012. K. Bessa. 147-165 Disponível em: [portalseer.ufba.br › geotextos › article › view](http://portalseer.ufba.br/geotextos/article/view). Acesso em: 06 nov. 2020.

CALONGA, Maurilio Dantielly. A Marcha para Oeste e os intelectuais em Mato Grosso: política e identidade. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 168, p. 126-132, 2015. Disponível em:
<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/26438>
 Acessado em: 16 nov.2020.

CARLOS, A. F. A. Da organização à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. S; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 53-73.

_____. **O Lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007a.

_____. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade.** São Paulo: FFLCH, 2007b.

CARMO, Judite de Azevedo do. A rede geográfica formada pela produção e comércio dos calçados de Franca (SP). **Geosul**, V. 33, n. 68, Florianópolis, 2018, p. 223-235. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2018v33n68p223>. Acesso em: 12 nov.2020.

CARMO, Judite de Azevedo do, GONZÁLEZ, Alfredo Zenén Domínguez, SOUSA, Juberto Babilônia de. Características socioambientais em ambiente de ocupações irregulares na cidade de Colíder, Mato Grosso; **Revista Equador**, V. 8, Nº 3, 2019, p. 295 – 314. Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. p. 117-140.

CONTE, Cláudia Heloiza; Rede Urbana: Uma Breve Abordagem Teórica. **Revista Geografia em Atos.** Departamento de Geografia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 14, v.1, 2014, p. 76-93. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/2625> Acesso em: 10 jul. 2020

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia: In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. p.15-47.

_____. As Pequenas Cidades na Confluência do Urbano e do Rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 30, p. 05 - 12, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228/77871>. Acesso em: 25 out. 2020.

_____. **Estudos sobre a Rede Urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336p.

_____. **Região e Organização espacial.** 7ª ed. Ed. Ática, São Paulo, SP, 2002.

_____. **O Espaço Urbano.** Editora Ática, São Paulo. 1989.

DESLANDES, Suely Ferreira; MARIA, Gomes, Romeu; MINAYO, Cecília de Souza; (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização: In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. p. 141-162

ELIAS, Denise; Globalização, Agricultura e Urbanização no Brasil.

ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. p.13-32 Disponível em:

<https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/1937>; Acesso em 01 de nov. de 2020.

FRETAS, João Carlos de Mattos. Território e Romanização no Império Romano: o Caso das Cidades Planejadas a Partir do Padrão Linear;

Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 2, N.2, p. 169-186, 2012. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2095/1862>

Acesso em 06 de nov. 2020.

FRESCA, Tânia Maria: **Centros Locais e Pequenas Cidades**: diferenças necessárias. **Mercator** - número especial, 2010, p. 75 a 81. Disponível em: www.mercator.ufc.br > mercator > article > view. Acesso em: 10 ago. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 5ª ed., São Paulo: Ed. Atlas, 1999.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O Conceito de Região e sua Discussão: In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre a mudança cultural. Tradução: Adail Ubirajara sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

HENRI, Lefévre 1976. Espaço y Política. Barcelona, Ediciones Peninsula

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/colider/historico>; Acesso em 17 nov. 2020.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Regiões de influência das cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: estudos básicos para caracterização da rede urbana / IPEA, IBGE, UNICAMP Brasília: IPEA, 2001.

LANARI, Raul Amaro de Oliveira, MOREIRA, Mariane Gonçalves, FERREIRA, Leylane. A Paisagem cultural do norte do estado do Mato Grosso: Construindo a memória do Rio Teles Pires. **Revista científica das áreas de humanidades do Centro Universitário de Belo Horizonte**, Vol. 7, nº 2 agos/dez de 2014. Disponível em: <https://revistas.unibh.br/dchla/article/view/1453>

Acesso em: 15 nov. 2020.

LENCIONI Sandra. Região e Geografia: A noção de região no pensamento geográfica. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.); **Novos Caminhos da Geografia**. 5ª ed. Ed. Contexto. São Paulo, SP, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria; **Metodologia do trabalho científico**. 8ª ed., São Paulo: Ed. Atlas, 2020. (Atualização João Bosco Medeiros).

OLIVEIRA NETO, Vicente Pontes de. **Áreas de preservação permanente em pequenas cidades do norte de Mato Grosso**: Limites e perspectivas da gestão pública; Cáceres/MT: UNEMAT, 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2019.

Disponível em:

<http://portal.unemat.br/media/files/PPGGEO/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20VICENTE%20PONTES%20DE%20OLIVEIRA%20NETO.pdf>

Acesso em; 12 nov. 2020.

PADILHA, Rinaldo Marques, **Bacia hidrográfica do rio Carapá, Mato Grosso**: caracterização ambiental, uso da terra e dinâmica fluvial; Cáceres/MT: UNEMAT, 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2017.

<http://portal.unemat.br/media/files/ppggeo2015-3-rinaldo.pdf>

Acesso em; 15 de ago. 2020.

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. Ed. Contexto. São Paulo, SP 2006.

Disponível em:

<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnx0ZW1wbGFydGVzNnxneDozNWQ2N2QwNWl4MDE1NTEw>; Acesso em: 15 ago.2020.

ROCHA, José Carlos. **Diálogo entre as Categorias da geografia**: Espaço, Território, e paisagem; Caminhos de Geografia Uberlândia v. 9, n. 27 set/2008p. 128 - 142 Página. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15724/8897>

Acesso em: 30 out. 2020.

SANTIAGO, Maria Márcia Santos; **Areia Branca**: Espacialidades na rede urbana de Sergipe. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE. 2011. Disponível em:

https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5621/1/MARCIA_MARIA_SANTOS_SANTIAGO.pdf.

Acesso em: 20 out. 2020

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao Lugar**. 1ª ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. 2ª reimpressão. Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Técnica espaço tempo** – Globalização e meio técnico científico-informacional. Ed. Hucitec, São Paulo, SP 1994.

_____. **Urbanização brasileira**. Ed. Hucitec. São Paulo, SP. 1993.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A cidade como centro de região**. Livraria Progresso Editora. Salvador, BA 1959.

SERPA, Ângelo; Paisagem, Lugar e Região; Perspectivas teóricas-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos; **GEOSP** – espaço e tempo, São Paulo, N°33, pp. 168- 185, 2013.

Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74309/77952>

Acesso em: 03 de nov. 2020.

SILVA, Julho César Felix; Categorias analíticas da Geografia: Caminhos para leitura do espaço geográfico, **Revista Diálogos** – N.º 14 – ago. / set. 2015

https://www.revistadiologos.com.br/Dialogos_14/dial_14_Felix_Silva.pdf

Acesso em 28 de out. de 2020

_____. **Hidropolítica da Bacia do Rio Una**: uma abordagem a partir das margens fluviais em São Bento do Una – PE. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2015. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/15603/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Julio%20C%C3%A9sar%20F%C3%A9lix%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.

SOUZA, Fernando Antônio Santos de. **Formação, movimento e descompasso da rede urbana de Sergipe**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE. 2008. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/5423>. Acesso em: 10 ago.2020.

SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado da: Discussão Geográficas sobre Cidades pequenas. **Geografia**, Rio Claro, SP, v. 34, n. 2, p. 203-217, 2009. Disponível em:

<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/3170/3931>. Acesso em: em: 31 out. 2020.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; **Capitalismo e Urbanização**. Ed. Contexto, São Paulo SP. 2008. Disponível em:

http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1415/capitalismo_e_urbanizacao_maria_encarnacao_beltrao_sposito__pdf_rev.pdf Acesso em: 15 ago.2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo; **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais/A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Ed. Atlas SA, 1987.

VESENTINI, José William; **Repensando A Geografia Escolar Para O Século XXI**.

São Paulo: Plêiade, 2009. 161 p. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/81c81s>.
Acesso em: 10 de ago. 2020.

Cáceres, 13 de janeiro de 2021.

maria rosa de Souza

Orientanda.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Ana', enclosed within a light blue rectangular border.

Orientadora